

Relator poderá propor 15 nomes

O relator da CPI do Orçamento, Roberto Magalhães, poderá sugerir a cassação de até 15 parlamentares envolvidos no esquema de corrupção no relatório preliminar que pretende apresentar no dia 16. Magalhães irá listar no relatório apenas os parlamentares ouvidos na CPI. Até agora 12 prestaram depoimentos para a comissão, mas serão incluídos também os deputados João de Deus e Daniel Silva, que falaram na Subcomissão de Subvenções.

Magalhães não excluirá da lista de candidatos à cassação os deputados que se saíram bem no depoimento à CPI, mas têm seus nomes citados nos documentos denunciando o esquema das empreiteiras com parlamentares que foram encontrados na casa de um diretor da Odebrecht, na semana passada. É o caso dos deputados Ricardo Fiúza (PFL/PE) e Sérgio Guerra (PSB/PE).

O relator antecipou ontem que em seu relatório irá sugerir ao Executivo modificações nas regras do Orçamento e na transferência de verbas para estados e municípios, além do fim das subvenções sociais. Magalhães também irá mencionar no relatório os documentos da Odebrecht que levantaram a suspeita da existência de uma sociedade secreta das empreiteiras.

Sugestões — Entre as sugestões que a relatoria planeja propor à CPI está o fim da concessão pelos Ministérios dos recursos financeiros oriundos das subvenções sociais. Depois de muita investigação os membros da Subcomissão de Subvenções



Roberto Magalhães: primeira proposta de cassações pode surgir dia 16

Sociais chegaram a uma constatação decisiva. Desde 1989 as verbas repassadas através das subvenções sociais não foram submetidas a nenhum tipo de fiscalização governamental e muitas das notas fiscais apresentadas em prestações de contas são frias.

Como alternativa para erradicar uma das ramificações dessa rede de corrupção que se instalou há vários anos entre os poderes Legislativo e Executivo, o relatório de Roberto Magalhães também deverá sugerir a criação de um sistema permanente de fiscalização das contas das entidades assistenciais e filantrópicas que se habilitem a receber verbas orçamentárias. Muitas dessas entidades vêm se recusando a entregar seus livros de contabilidade para averiguação, impossibilitando o trabalho de controle financeiro que deveria ser feito pelo Tribunal de Contas da União.

O deputado acha que os membros da CPI devem tentar “comprovar o que está escrito” nos documentos. “Devemos fazer uma varredura nas obras para saber como funcionava o esquema das empreiteiras”, sugere. Magalhães defende alterações nos processos de licitações de obras do Governo. Para ele, a licitação é a “pedra angular de todo o esquema do cartel das empreiteiras”.

Durante toda a manhã de ontem Magalhães trabalhou junto com dois assessores no Congresso preparando o seu relatório, que já conta com 18 páginas de introdução e outras 150 com resumos dos depoimentos prestados por parlamentares na comissão. O deputado desmentiu que pretende deixar o cargo de relator da CPI. “Não criaria tal embaraço para a CPI”, assegurou comentando que uma substituição agora obrigaria o novo relator a começar todo o trabalho do

início. “Estou firme no meu posto, mesmo sabendo que vou conseguir muitas inimizades e incompreensões”, insistiu.

Novos nomes — Ontem, a Subcomissão de Subvenções recebeu mais 20 relatórios de auditores do TCU que permitiram o levantamento parcial e apontaram mais dois novos parlamentares envolvidos com fundações que desviaram recursos destinados a subvenções sociais: a deputada Tereza Jucá (PPRR), ligada à Fundação de Promoção Social de Roraima, e o deputado Francisco Diógenes (PPR-AC), que controla a Fundação Francisco Diógenes.

O relatório aponta também uma nova subvenção milionária, de 2,5 milhões de dólares, destinada à Organização Santamarrense de Educação e Cultura, de São Paulo, segundo a CPI. Os recursos foram repassados de 1989 a 1992. A subcomissão está agora tentando identificar o parlamentar que remeteu os recursos para a organização.

A Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Imperatriz (MA), a “menina dos olhos” do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), também desviou recursos, segundo o relatório da subcomissão. De acordo com o levantamento feito pelo TCU a entidade apresentou uma série de notas frias para prestar contas dos recursos que recebera do Orçamento.

A Subcomissão de Subvenções Sociais espera concluir o trabalho até dia 10. O senador Garibaldi Alves, coordenador da subcomissão, deverá entregar um relatório parcial e ficar até o final da CPI debruçado especialmente sobre os desvios das entidades do Rio de Janeiro, que recebeu o maior volume de recursos nos últimos cinco anos.